



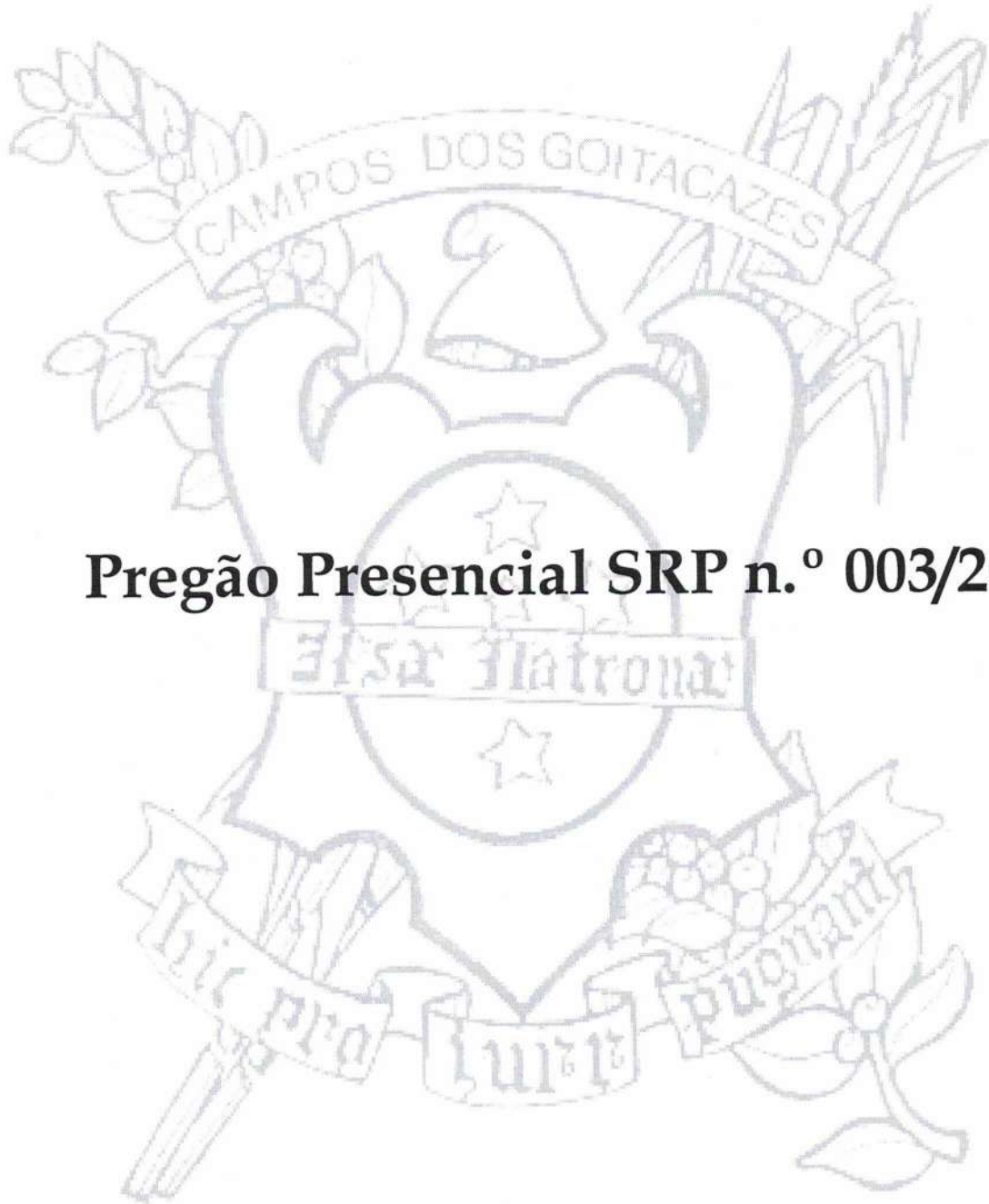
PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão Permanente	Fis. 397
Data: 30/03/2023	

Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

Pregão Presencial SRP n.º 003/2022





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão
GOYTACAZES
TRANSPORTE
Processo n.º 2022.109.000276-4 PR
Data: 30/03/2023

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-0911 / 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços**, cujo Edital recebeu o nº **003/2022**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço (menor percentual da taxa de administração)** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia **20 de abril de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Proposta e Planilha de Custos Unitários - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação -Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços – Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência – Anexo VIII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de

conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de papel A4, contendo 500 folhas.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão do abastecimento de veículos com utilização de solução tecnológica e fornecimento de combustíveis através de postos credenciados, para utilização nos veículos pertencentes ao Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Campos dos Goytacazes/RJ**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

2.2- A quantidade é estimativa máxima para contratação, em conformidade com a legislação em vigor. **O IMTT não está obrigado a contratar a quantidade total estimada, possibilitando a contratação integral, parcial ou mesmo a NÃO contratação.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato

Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais da Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e

mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa não será desclassificada, desde que observada, de maneira integral, os formatos previstos neste edital.

6.2.2 - Cumpre destacar a importância do preenchimento da PROPOSTA COMERCIAL NA FORMA AUTOMÁTICA quer seja para dar celeridade à sessão pública, quer seja, sobretudo, pelo fato do mesmo minimizar os riscos de erros e/ou não preenchimento de algum valor unitário, o que acarretará na desclassificação imediata da proposta comercial.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (o pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, a Proposta deverá atender de maneira integral, aos formatos previstos neste edital, sob pena de imediata desclassificação.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **“PROPOSTA” - “DOCUMENTAÇÃO”**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de “proposta” e “documentação”. Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Encerrado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.



Comissão	Fls. 403
Assinatura	RFP
Processo	

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor percentual da taxa de administração**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o**





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

405	
PR	
Processo n.º 2022.109.000276-4-PR	
Data: 30/03/2023	

lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação de amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes.**

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da Prefeitura, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.24- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades

empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração proceder na forma prevista pelo **subitem 7.19**.


8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;



c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.3- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.1.3.1- Índice de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP})$$

8.3.1.3.2- Índice de Liquidez Corrente

$$\text{ILC} = \text{AC} / \text{PC}$$

8.3.1.3.3- Grau de Endividamento Geral

$$\text{GEG} = \text{ET} / \text{AT}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.1.4- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.1.4.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.1.4.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.1.4.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão Permanente	Assinatura
	<i>[Assinatura]</i>

Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - A licitante deverá atender as exigências elencadas no item 15 do Termo de Referência (Anexo VIII), elaborado pelo Instituto Municipal de Trânsito e Transporte.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro do IMTT, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.



10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **nos serviços**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, correrá por conta dos Programa de Trabalho 15.452.0049.2497.0000 e pela Natureza de Despesa 339030.

12- DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- A empresa vencedora, quando da solicitação de início dos serviços, deverá(ão) retirar a Nota de Empenho no prazo de **03 (três) dias** a contar da comunicação efetivada pelo setor de **licitações e contratos**;

12.1.2- O prazo de prestação dos serviços deverá obedecer ao disposto no item 5 do Termo de Referência (Anexo VIII).

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de início dos serviços, que deverá ocorrer conforme **item 5 do Termo de Referência (Anexo VIII)**.

12.1.4- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.5- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.6- Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação escrita do contratado, a que se refere a alínea anterior.

12.2- LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1- O vencedor desta licitação terá que prestar os serviços conforme estabelecido no subitem 3.10 do Termo de Referência elaborado pelo Instituto Municipal de Trânsito e Transporte (Anexo VIII).

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será executado sob a forma indireta, no regime de **empreitada por preço unitário**.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, o IMTT convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de prestação dos serviços será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação do **IMTT** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

14.2 - A Contratada deverá, conforme previsto no item 17 do Termo de Referência, prestar garantia contratual, podendo optar por uma das modalidades listadas abaixo, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato para o objeto da presente licitação; a caução poderá ser:

seguro-garantia;

dinheiro;

título da dívida pública;

fiança bancária.

14.2.1- No caso de título da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.2.2- No caso de garantia em dinheiro, esta deverá ser depositada em conta a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda e o comprovante de depósito deverá ser apresentado na Tesouraria da Secretaria, onde será entregue a Guia de Recolhimento de Receitas Diversas.

14.2.3 - A garantia contratual, a que se refere os subitens anteriores, deverá ser apresentada conforme previsto no subitem 17.1 do Termo de Referência.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES



15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor máximo de taxa de administração correspondente a 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do valor referente a cada litro de combustível que vier a ser fornecido.

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pela prestação dos serviços, objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **IMTT** realizará o pagamento à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a prestação dos serviços, de acordo com o item 20 do Termo de Referência (Anexo VIII).

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

17.4- O pagamento será efetuado pelo **IMTT** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa do **IMTT**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do

Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte.

17.7- Caso o **IMTT** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, o **IMTT** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O percentual de taxa de administração ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão Permanente
Pis...
Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

19.7- A Administração poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 30 de março de 2023.


Nelson Godá
Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão	418
Representante	[Assinatura]

Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do Termo de Referência)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PERCENTUAL EM ALGARISMOS (%)
1.	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão do abastecimento de veículos com utilização de solução tecnológica e fornecimento de combustíveis através de postos credenciados, para utilização nos veículos pertencentes ao Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Campos dos Goytacazes/RJ. Quantidade estimada de litros: 2.559.064 L	
Taxa de Administração - percentual por extenso:		

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 003/2022, seus anexos, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 003/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, ciência do prazo e condições para apresentação das amostras contidas no Termo de Referência e que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante

[Assinatura]



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão Permanente
Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2023

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O INSTITUTO MUNICIPAL DE
TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT E A
EMPRESA _____.**

O INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT, com sede na Rua Barão da Lagoa Dourada, 197 - Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2022.109.000276-4-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão do abastecimento de veículos com utilização de solução tecnológica e fornecimento de combustíveis através de postos credenciados, para utilização nos veículos pertencentes ao Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, conforme descrito na Nota de Empenho n.º ____/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas



- detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.109.000276-4-PR** e em tudo o mais que se relacione com os serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **003/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelos serviços;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACÁZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Processo nº	2022.109.000276-4-PR
Data:	30/03/2023

421
RPP

- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O percentual da taxa de administração deste contrato, já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato, será de _____% (____por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a execução do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho 15.452.0049.2497.0000 e pela Natureza de Despesa N.D. 339030, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O percentual de taxa de administração do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso de a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.



Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº. 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;



- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação dos serviços objeto deste contrato será de 06 (seis) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado sob a forma de execução indireta, no **regime de empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em conformidade com o disposto no Edital da licitação na modalidade Pregão nº 003/2022, a **CONTRATADA** está prestando (ou prestará) garantia em _____, no valor de R\$ _____, como segurança do fiel, completo e perfeito cumprimento das obrigações assumidas entre a empresa afiançada e o **CONTRATANTE**, através deste instrumento contratual, conforme documento emitido pela _____, em _____ de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 003/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº **2022.109.000276-4-PR** que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão	Dis:	424
Assinatura		[Assinatura]
Processo n.º 2022.109.000276-4-PR		
Data: 30/03/2023		

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Contratante: _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Contratada: _____

Testemunhas: _____

[Assinatura]



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CRENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de
Campos dos Goytacazes, na modalidade **PREGÃO SRP nº 003/2022**, supra-referenciada,
na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se
em nome da empresa, **bem como formular
propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar
contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa com firma reconhecida



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão Permanente
Fis. 426
Processo nº 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão SRP nº 003/2022

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

COMISSÃO	127
Processo n.º 2022.109.000276-4-PR	
Data: 30/03/2023	

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

....., (nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei
e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO SRP**
Nº 003/2022.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Comissão	Pris.
Permanente	
Assinatura:	

428

Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão SRP nº 003/2022

.....(razão
social do licitante) com endereço na

.....
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar**, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2023.

Representante legal da empresa



ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte e dois, o **INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE**, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, Campos dos Goytacazes, RJ, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05, Decreto Municipal nº 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 003/2022, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão do abastecimento de veículos com utilização de solução tecnológica e fornecimento de combustíveis através de postos credenciados, para utilização nos veículos pertencentes ao Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses, a fim de atender as necessidades do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte.

Processo nº 2022.109.000276-4-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Descrição do Serviço	Quantidade	Unidade	Marca (se houver)	Taxa de Administração (%)

1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados, os quais serão contratados de acordo com a necessidade e conveniência do IMTT, mediante a convocação para a assinatura do contrato.

1.2 As quantidades dos serviços que vierem a ser contratados serão definidos no respectivo contrato.



- 1.3 Os serviços deverão ser prestados conforme estabelecido no Termo de Referência, elaborado pelo **Instituto Municipal de Trânsito e Transporte**.
- 1.3.1 - A empresa deverá, obrigatoriamente, prestar a totalidade dos serviços solicitados, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 1.4 Os licitantes terão seus serviços analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão recusados, devendo ser refeitos/substituídos no prazo máximo definido no Termo de Referência (Anexo - VIII), elaborado pelo **IMTT**.
- 1.5 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.6 O pagamento será conforme disposto no edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.
- 1.8 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial SRP nº 003/2022

Processo n.º 2022.109.000276-4-PR
Data: 30/03/2023

ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o ~~REGISTRO DE PREÇOS~~ para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS COM UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS ATRAVÉS DE POSTOS CREDENCIADOS, para utilização nos veículos pertencentes ao Sistema Público de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, visando atender de forma subsidiada, as necessidades emergenciais de operação atual do sistema, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A situação do transporte público municipal vem sendo diretamente afetada pelos impactos da Pandemia de Covid-19, as altas recorrentes dos combustíveis e a flutuação do dólar, que impacta em alguns insumos e agravadas com a atual Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o que enseja na dificuldade em manutenção das operações.

2.2. Atualmente, o Sistema do Transporte Público corre grande risco de entrar em colapso se medidas urgentes não forem adotadas pelo poder público. Desta forma, o fornecimento do combustível é vital para o funcionamento da frota de veículos responsáveis por todo o transporte de passageiros do Município, de forma subsidiada para garantir o bom funcionamento dos serviços prestados à população de Campos dos Goytacazes. Esta aquisição será efetuada conforme a necessidade no atendimento aos horários e rotas estabelecidos em Portaria publicada pelo Instituto Municipal de Trânsito e Transporte – IMTT.

2.3. Considerando a Lei Municipal nº 9.160, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial do Município em 01 de julho de 2022, que estabeleceu o Programa de Subsídio Emergencial de Óleo Diesel – PSED, aos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros no âmbito do Município de Campos dos Goytacazes.



Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Subsídio Emergencial de Óleo Diesel (PSED) referente às linhas do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros Municipal, definidas nesta Lei.

Art. 2º. A subvenção econômica de que trata esta Lei, *se dará em caráter excepcional até o dia 31 de dezembro de 2022.*

§ 1º O quantitativo de óleo diesel a ser subsidiado aos operadores do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, será de até 1.968.511 litros.

§ 2º As despesas decorrentes da entrada em vigor da presente Lei, de responsabilidade do Poder Concedente, serão cobertas por dotação orçamentária provenientes da fonte de recursos dos Royalties.

§ 3º Em caso de novas majorações do preço do combustível, poderá ocorrer a suplementação orçamentária, tendo em vista a especificidade do subsídio ser estimada em litros de combustível para atendimento emergencial das linhas do Sistema de Transporte Coletivo Municipal.

Art. 3º. Para fins de utilização da subvenção econômica desta lei, os veículos deverão compor o Sistema Integrado de Transporte Coletivo Municipal.

[...];

Art. 6º. O cálculo do limite do subsídio em litros de óleo diesel, de que trata esta Lei, seguirá o disposto em Portaria do IMTT.

§ 1º O subsídio será de até 100% (cem por cento) da quantidade de litros de óleo diesel para as linhas consideradas longas, cuja quilometragem exceda a 35 km (equivalente ao trecho somado de ida e volta) e para as linhas curtas, que sejam definidas como críticas com necessidade de maior atenção pelo IMTT, mediante ato devidamente motivado.

§ 2º O subsídio será de até 50% (cinquenta por cento) da quantidade de litros de óleo diesel para as linhas consideradas curtas, cuja quilometragem não exceda a 35 km (equivalente ao trecho somado de ida e volta).

Art. 7º. Os itinerários e quilometragem das linhas beneficiadas por esta Lei, seguirão o disposto no estabelecido por Portaria do IMTT.

Art. 8º. Compete ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte - IMTT:

I - estabelecer a cota de óleo diesel, quantificada em litros, tendo como base a quilometragem, o consumo médio do combustível e a quantidade de itinerários, por linha;

II - contratar a prestação do serviço de fornecimento parcelado de combustíveis, com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de veículos;



III - efetuar, registrar e controlar os pagamentos referentes a subvenção econômica e gerenciar o provimento dos recursos necessários à sua concessão junto as Secretarias Municipal de Fazenda e de Controle e Transparência.

Comissão Permanente de Licitação
Processo Nº 434

Art. 9º. As liberações das cotas de óleo diesel referentes a cada linha do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Campos dos Goytacazes serão expedidas de forma semanal, na configuração de 01 (uma) semana mais 01 (uma) semana (S+1), após o processamento e averiguação de conformidade com o preconizado nos Artigos 6º e 7º.

§ 1º As autorizações de subsídio de óleo diesel somente serão expedidas após requerimento de intenção de participar do Programa estabelecido por esta Lei, formalizado por escrito, por cada operador do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Campos dos Goytacazes e após o seu cadastramento junto a contratada para a prestação do serviço de abastecimento.

§ 2º Fica vedado o acúmulo de subsídios estabelecidos pelo Poder Público Municipal aos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros.

2.4. Considerando que o reajuste da tarifa básica municipal para o valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) ocorrida através do Decreto Municipal nº 112/2022, visando reequilibrar os custos operacionais dos operadores do transporte se mostrou incapaz de solucionar a celeuma existente, sendo inviável a aplicação de novos reajustes para uma população com a capacidade contributiva corroída.

2.5. Diante da necessidade de resguardar o direito constitucional de locomoção, consagrado pela Constituição da República federativa do Brasil datada do ano de 1988, sendo dever do Poder Público Municipal prover mecanismos que garantam a manutenção e efetividade dos serviços essenciais para os munícipes, evitando novas paralizações e colapso total dos operadores do Serviço de Transporte Público Coletivo Municipal, acarretando danos irreparáveis tanto para a economia do Município, como para a vida de seus cidadãos, em especial quanto ao risco de aumento do desemprego na cidade

2.6. Tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 9.160, de 30 de junho de 2022 e publicada no Diário Oficial do Município em 01 de julho de 2022, que aos quais estabeleceu o Programa de Subsídio Emergencial de Óleo Diesel (PSED), aos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros no âmbito do Município de Campos dos Goytacazes.

2.7. Tendo em vista que a estimativa inicial de óleo diesel a ser subsidiado aos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo Municipal, ficou no montante de até 1.968.511 litros, e considerando as tratativas para renovação do Programa de Subsídio Emergencial do Óleo Diesel (PSED), tendo em vista a não efetivação das estações de integração do transporte previstas para serem entregues ainda neste ano e a necessidade de manter o suporte aos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do Município, inclusive matéria de Acordo Judicial. Sendo assim, tomamos como parâmetro a mesma base de litros de combustível diesel para fornecimento para o próximo período renovado pela Câmara Municipal, agregando-se a litragem faltante para a consumação do programa nas quantidades atualmente previstas, perfizemos o quantitativo para registro de preços.

2.8. Considerando que para um bom planejamento tendo em vista a renovação do PSED, conforme já apontado pela atual gestão municipal aos operadores do sistema de transporte coletivo de passageiros, bem como com a aprovação da Lei Municipal nº 9.241, de 14 de dezembro de 2022, com a devida fundamentação desta renovação para estender os efeitos do referido Programa de Subsídio Emergencial do Óleo Diesel, se faz necessário que tenhamos uma contratação regular para o fornecimento do objeto do Programa e por conseguinte deste Termo.

2.9. Considerando a transparência do Programa de Subsídio Emergencial de Óleo Diesel (PSED), a ser renovado, se dá através da publicidade das informações referente às linhas do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros Municipal, por meio de página específica no Portal eletrônico do Município na internet, encaminhando todas as informações, mensalmente, ainda, ao Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e à Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, divulgando o quantitativo de óleo diesel recebido por todos os permissionários e concessionários operadores do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, especificando o nome da empresa e/ou pessoa física, veículo e placa, data do abastecimento.

2.10. Toda concessionária/permissionário que receber combustível subsidiado conforme definido na Lei Municipal nº 9.160, de 30 de junho de 2022, deverá fixar nos veículos, em local visível aos usuários, cartaz informando que recebe combustível subsidiado intuído pela referida legislação, garantindo o cumprimento das gratuidades, horários e itinerários conforme disciplinado em Portaria do IMTT, com canal específico de comunicação para receber reclamações dos usuários.

- 2.11. A futura contratação de pessoa jurídica para o fornecimento, objeto do presente Termo de Referência, encontra amparo nos estudos fundamentais da Instrução Normativa nº 05/2017 e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos.
- 2.12. A legislação adicional aplicável ao processo e à contratação do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal nos Decretos Municipal nº 79/2017, nº 065/05 e nº 342/2006, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000 e alterações posteriores, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 2.13. No interesse do presente administrativo, o sistema de Registro de Preços, foi adotado para que possamos garantir uma taxa administrativa mais vantajosa, no período subsequente da necessidade atual, dado que traz a celeridade processual, bem como a economicidade notadamente com os custos de um novo processo licitatório, caso porventura, novamente venha a ser estendido o Programa de Subsídio Emergencial de Óleo Diesel (PSED).
- 2.14. A facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, e a devida adequação aos recursos disponíveis, permitem que a Administração use da sua discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.
- 2.15. Caso inclusive ajustes sejam necessários de serem feitos com incremento de linhas ou ampliação de horários e isso leve a uma maior necessidade de óleo diesel, com o instrumento do Registro de Preços, poderemos já dispor da melhor taxa administrativa que será registrada e utilizar do saldo disponível previsto que estamos registrando e que não necessariamente seria todo consumido.
- 2.16. Há de se observar a contratação ulterior de nº 0006/2022, com a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, oriunda de Adesão de Ata de Registro de Preços nº 001/2022 do Consórcio CIMVALES que, contudo, não dispunha de quantitativo suficiente para atender a demanda prevista na Lei Municipal nº 9.160, de 30 de junho de 2022.
- 2.15. Os serviços são considerados absolutamente essenciais, vez que a eventual descontinuidade ou interrupção poderá acarretar em prejuízos a administração pública, e principalmente a segurança da população em seu direito líquido e certo de ir e vir tornando-se, portanto, imprescindível à realização deste.

2.16. Diante do exposto, as especificidades do caso demonstram de forma inquestionável a necessidade de se promover um registro de preços para contratação de forma única, visando a celeridade do processo, visando o cumprimento do preconizado no Programa de Subsídio do Óleo Diesel.

3. DOS QUANTITATIVOS DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

TABELA I – QUANTITATIVOS

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	ESTIMATIVA DE VALOR DE DESPESA/LITROS
ÓLEO COMBUSTIVEL, TIPO DIESEL, REFERÊNCIA: S-10.	Litros	2.559.064	R\$ 17.145.730,81

3.1. Em paralelo, com os encaminhamentos para a renovação do Programa de Subsídio Emergencial do Óleo Diesel (PSED), sabendo-se que a estimativa de renovação se dará nas mesmas bases da litragem prevista na Lei, a demanda prevista futura de utilização será de 1.968.511 litros, resultante do mesmo quantitativo total previsto inicialmente em lei a ser aprovado em igual processo de votação no Legislativo.

3.2. Considerando ainda os possíveis ajustes dos quantitativos de litros à disposição do PSED com a implementação de ampliação de novos itinerários, estimamos um percentual de 30% (trinta por cento) a ser acrescido para o Registro de Preços, podendo assim este ser utilizado. Sendo assim, a quantidade de litros de óleo diesel estimada para o certame ficou em 2.559.064 litros.

3.3. A estimativa de fornecimento de dispositivos para abastecimento e gerenciamento é de cerca de 250 (duzentos e cinquenta) unidades de meios de transação.

3.4. Serão aceitos como meios de transação quaisquer soluções tecnológicas que a contratada disponha, tais como cartões magnéticos com chip ou unidades veiculares (UVE), mas não se limitando aos mesmos e desde que a solução tecnológica atenda a todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência.

3.5. A contratada disponibilizará todos os equipamentos ou elementos necessários para que os usuários possam realizar as transações nos postos de abastecimento da rede credenciada, incluindo qualquer equipamento ou dispositivo que for necessário para alimentar as informações do Sistema de Abastecimento.

3.5.1. Caso aplicável, também serão fornecidas a instalação, a manutenção, e a aferição de dispositivos e equipamentos.

3.5.2. A reposição dos meios de transação ficará a cargo da contratada, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis por parte do IMTT.

3.5.3. A contratada terá até 5 (cinco) dias úteis para repor os meios de transação necessários.

3.5.4. Alternativamente, poderão ser fornecidos meios de transação reserva, com a possibilidade de cadastramento de placas pelo sistema da contratada.

3.6. Deverá ser fornecida solução tecnológica para que apenas o IMTT consiga fazer a liberação dos cartões para abastecimento pelos operadores beneficiários do Programa de Subsídio e serem creditados nos quantitativos exatamente liberados à cada um, nos seus quantitativos especificado.

3.7. O fornecimento de combustível deverá ser imediato e se dar mediante a apresentação da "Autorização de Fornecimento" e/ou "Requisição" expedida pelo IMTT.

3.8. O sistema deverá permitir para cada veículo um limite de crédito, determinado pela contratante o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do mesmo. Os abastecimentos e uso de serviços realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito será de total responsabilidade da contratada.

3.9. Os combustíveis serão fornecidos segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

3.10. Deverão ser credenciados no mínimo 05 (cinco) postos de abastecimento, nas localidades próximas à área central do Município de Campos dos Goytacazes, para melhor distribuição do atendimento aos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros a serem contemplados pelo Programa de Subsídio do Óleo Diesel.

3.11. Os abastecimentos deverão ser realizados apenas de segunda a sexta no horário de 08:00h às 18:00h, nas unidades de postos de abastecimento credenciadas.

3.12. Quanto maior for a abrangência da rede credenciada, melhores as chances do contrato ser eficiente, pois isso poderá implicar em deslocamentos menores para que os veículos realizem seus abastecimentos.

3.13. Todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada da contratada deverão por esta ser reembolsados, não existindo qualquer relação financeira entre o IMTT e tais fornecedores.

3.14. A contratada deverá instruir sua rede credenciada a adotar medidas rigorosas para evitar que veículos não credenciados ao sistema abasteçam com os meios de transação.

3.15. No caso de descredenciamento de postos, a contratada terá o prazo de até 03 (três) dias corridos antes do descredenciamento para informar a contratante da alteração na rede credenciada por e-mail, bem como atualizar esta informação no sistema de abastecimento.

3.16. A rede credenciada pode ser composta tanto por uma única bandeira, quanto multibandeira, inclusive sendo admitida a inclusão de postos de bandeira branca.

3.17. A contratante fornecerá à contratada, o cadastro completo e atualizado dos veículos.

3.18. O controle e gestão do abastecimento das frotas deverá ser feito por meio de um sistema que contemple, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

3.18.1. Funcionamento, por meio de um aplicativo, disponível em ambiente computacional 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, que utilize a internet como canal de acesso e que exija a utilização de senhas de acesso, com armazenamento criptografado, para os usuários que serão credenciados pelo IMTT.

3.18.2. Disponibilidade de mecanismos de segurança que permitam garantir a autenticidade, a inviolabilidade e a integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços prestados, assim como de mecanismos que bloqueiem operações de abastecimento não autorizadas e de veículos que não estejam cadastrados.

3.18.3. Possibilidade de controlar eletronicamente cada abastecimento realizado no ponto de abastecimento, através da validação de parâmetros predefinidos, coletando, de forma descentralizada, 440

3.18.4. Possibilidade de integração das informações coletadas em uma base de dados permanente e constantemente atualizada, de modo a permitir aos usuários do IMTT a consulta, a consolidação e a emissão de relatórios gerenciais, analíticos e de custos dos abastecimentos realizados.

3.19. O “Sistema Tecnológico Integrado” viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, bem como dos demais serviços utilizados, podendo dispor de sistema de contingência, como call center ou outra tecnologia, para permitir o registro de pagamento do abastecimento, apenas em casos de problemas técnicos com a rede credenciada.

3.20. Cada condutor/operador do sistema de Transporte Público Coletivo Municipal deverá ter sua identificação própria, validada por meio de senha pessoal durante a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciada pela contratada, sendo de responsabilidade da mesma a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como identifique as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.

3.20.1. A senha poderá ser configurada pelo usuário no seu primeiro abastecimento, ou enviada automaticamente após o cadastro do condutor via e-mail, SMS ou correio, onde somente o respectivo condutor/operador saberá a sua a senha.

3.20.2. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma on-line e instantânea.

3.20.3. O sistema deve permitir que o condutor cadastre ou altere a senha escolhida diretamente no equipamento no ato do primeiro abastecimento, ou no sistema de abastecimento, com isso a senha escolhida será vinculada ao cadastro do condutor no sistema da contratada, desta maneira somente o usuário terá acesso a esta informação.

3.21. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- a) Identificação do posto (nome e endereço);
- b) Identificação do veículo (placa);

- c) Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- d) Tipo de combustível e/ou serviço utilizado;
- e) A data e hora da transação;
- f) Quantidade de litros;
- g) Valor da operação;
- h) Identificação do Condutor (nome e registro);
- i) E a função de enviar mensagens pelo gestor ao condutor.

Comissão Permanente de Licitação	Ass.: 
----------------------------------	---

3.22. O Sistema de Gestão de Abastecimento deverá garantir, no mínimo:

3.22.1. Registro informatizado dos dados de abastecimento e disponíveis para consulta via WEB, no momento que efetuar a operação.

3.22.2. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados.

3.22.3. O sistema online da contratada deverá permitir as seguintes parametrizações restritivas e/ou informativas para um ou mais veículos da frota da contratante:

- a) Km/l (Mínimo/Máximo);
- b) Capacidade do Tanque;
- c) Serviço Liberado;
- d) Valor/Qtd do Serviço;
- e) Litros (Abastecimento)
- f) Intervalo entre transações, por horas e quilômetros;
- g) Fechamento de Rede (UF/Município);
- h) Dia da Semana/Dia/Hora (Dia + Hora (De/Até);
- i) Data e R\$/l (Combustível, UF e Município);

- j) Retirar a opção de demonstração do saldo no slip de transação;
- k) Impedir abastecimentos em feriados nacionais;
- l) Horário inicial e final das restrições, para que fora do horário comercial a transação seja inconsistência e no horário comercial ela seja bloqueada com as informações anteriores.

3.22.4. Identificação do usuário no momento do abastecimento através de identificação do seu CPF e por meio de senha pessoal.

3.22.5. Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela contratada, os quais deverão ser disponibilizados se necessário, para cada base operacional sem qualquer ônus para a contratante.

3.22.6. A exportação de dados, para o Software de Gestão de Frota da contratante, permitindo a leitura de arquivos TXT ou XML e ainda a possibilidade de layout e formatação de campos, conforme necessidade da Contratante, contendo as seguintes informações:

- a) Nome, endereço e CNPJ do posto credenciado;
- b) Data do abastecimento;
- c) Quilometragem no momento do abastecimento;
- d) Tipo de combustível;
- e) Valor total do abastecimento;
- f) Valor unitário do abastecimento por litro;
- g) Quantidade de litros;
- h) Identificação do veículo;
- i) Valor unitário do serviço utilizado, e;
- j) Valor total do serviço utilizado.

3.22.7. O fornecimento para a contratada do cadastro dos postos credenciados para a migração dos dados ao sistema da Contratante, com as seguintes informações:

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 443
Assessoria	

- a) Nome Fantasia;
- b) Razão Social;
- c) CNPJ;
- d) Inscr. Estadual;
- e) Endereço completo;
- f) Bairro;
- g) Cidade;
- h) Telefone;
- i) E-mail;
- j) Contato.

3.22.8. Garantir que o abastecimento seja realizado de forma contingencial por canal telefônico quando ocorrer eventuais falhas do sistema.

3.22.9. O sistema deverá permitir o cadastramento de transações que, por um algum motivo, não foram realizados na rede credenciada ou com o dispositivo da contratada pelo gestor do contrato, para futuras auditorias.

3.22.10. O sistema deverá permitir de forma online o cadastramento de descontos obtidos junto aos Estabelecimentos Credenciados.

3.22.11. Solução móvel (Android e IOS) que possibilite ao condutor encontrar o estabelecimento credenciado mais próximo, evitando assim que se percorra grandes distâncias. A solução móvel ainda deverá permitir ao condutor traçar rotas até o estabelecimento desejado.

3.22.12. O sistema deverá enviar informativo sobre os abastecimentos com inconsistências por e-mail ou SMS para o gestor da unidade e/ou centro de custo vinculado ao veículo.

3.22.13. O sistema deverá possuir informativo em sua tela inicial com os preços praticados pela rede credenciada na cidade da contratante a fim de facilitar o direcionamento da frota para os estabelecimentos com o melhor preço.

Comissão	Fis..
de	
Licitação	

444
RAC

3.22.14. O sistema deverá exibir de forma on-line o histórico das notas fiscais e das faturas vinculadas a todos os períodos de apuração no decorrer do contrato.

3.22.15. Deverá ser disponibilizada ferramenta integrada ao Sistema, para garantir o suporte imediato aos usuários, quando existir a necessidade de apoio, e assegurar o perfeito funcionamento do Sistema.

3.22.16. A contratada deverá permitir, via sistema on-line, o cadastro em massa da frota da Contratante. O arquivo poderá ser em formato Excel ou CSV.

3.22.17. Disponibilizar tecnologia web service para facilitar a integração com outros sistemas da contratante com pelo menos as seguintes informações:

- a) Nome fantasia do posto
- b) Endereço do posto;
- c) CNPJ;
- d) Data do abastecimento;
- e) Hora do abastecimento;
- f) Hodômetro do abastecimento;
- g) Hodômetro do abastecimento anterior;
- h) Combustível do abastecimento;
- i) Valor do abastecimento;
- j) Preço do litro;
- k) Quantidade;
- l) Placa;
- m) Prefixo;

- n) Modelo;
- o) Centro de custo do veículo;
- p) Identificação do Condutor
- q) Centro de custo do condutor.

Comissão	Assinatura
Permanente	
de	
Licitação	

Handwritten signature and date 14/5/2012

3.22.18. Garantir a segurança e integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

3.22.19. O sistema deve mandar um e-mail para os gestores cadastrados quando ocorrer um cancelamento de transação.

3.22.20. O sistema deve ter a opção de consulta do veículo, para que o condutor verifique as informações pertinentes ao veículo antes de tentar realizar uma transação, estas devem trazer o saldo, km atual, o tipo de controle de saldo e o saldo e o intervalo entre abastecimento.

3.22.21. O sistema deve em suas restrições, ter a opção de restringir e ser informativo, quando restritivo, ter a opção de parametrizar o horário que a restrição se inicia e o horário que termina, quando termina virá informativo até a hora que volta a ser restritivo.

3.23. A contratante deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso do Software de Gestão de Abastecimento a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

3.24. Os relatórios disponibilizados pela contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

3.24.1. Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação e unidade administrativa, base da unidade administrativa e centro de custos, se houver.

3.24.2. Histórico das operações realizadas pela frota contendo:

- a) Data;
- b) Hora;
- c) Identificação do estabelecimento;
- d) Identificação do condutor;
- e) Identificação do veículo (placa);
- f) Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- g) Tipo de Combustível;
- h) Quantidade em litros;
- i) Valor unitário por tipo de combustível;
- j) Valor total da operação em R\$ (reais); e,
- k) Tipo e valor do serviço utilizado.

Comissão Permanente de Licitação	Hs. 446

3.24.3. Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro.

3.24.4. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela contratante.

3.24.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado.

3.24.6. Semanalmente informar os preços históricos unitários em R\$/L contratados na última quinzena por tipo de combustível ordenados do menor para o maior valor (ordem decrescente de valor) com respectivo nome do posto e por região.

3.24.7. Volume de litros, de gastos realizados por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota.

3.24.8. Indicação dos desvios de média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros.

3.24.9. Despesas realizadas por base operacional e Unidade, quando for o caso.

3.24.10. Desconto sobre o preço da bomba, quando for o caso.

3.24.11. Disponibilizar relatório que permita a visualização e filtragem
limitar a tempo de consulta.

Comissão	Fls...
de	
Licitação	

customizada e não 447
100

4. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A CONTRATADA

4.1. A necessidade de discriminação dos custos unitários e, mais especificamente, da devida relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada se dá por força de mandamento legal vigente, sendo sopesada estritamente quanto às necessidades do IMTT, conforme levantamento dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2. Ficou definido, como parâmetro para a contratação, o cálculo da quilometragem percorrida por cada uma das linhas do sistema, o rendimento médio dos veículos expresso em consumo de litros de combustível por quilômetro rodado, o número de viagens diárias estabelecidas em portarias do IMTT.

4.3. Para fins de estimativa orçamentária foi utilizado como parâmetro o valor do preço médio de revenda do óleo diesel S-10 aferido pela ANP nos postos de combustíveis do Município de Campos dos Goytacazes, no período de 20 a 26 de novembro de 2022.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A contratada terá até 15 (quinze) dias para dar início a disponibilização dos itens e implantação dos serviços descritos neste Termo de Referência, contados da assinatura do seu respectivo contrato, nas quantidades de acordo com o cronograma a ser estabelecido pelo IMTT.

5.2. O sistema de recebimento do objeto será regido conforme a seguinte sequência, na forma prevista no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização.

5.4. No caso de consideradas insatisfatórias alguma das condições referidas neste Termo de Referência será lavrado um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, para devida correção.

5.5. Após a notificação de que trata o subitem anterior, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

5.6. Satisfeitas as exigências e condições previstas, se dará a atestação no verso da nota fiscal, efetuada por representante do IMTT, considerando o valor dos serviços, de acordo com previsão legal.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ética profissional, pela sua perfeita execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar fielmente o objeto deste Termo de Referência dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas, cumprindo todos os requisitos estabelecidos.

6.2. Formalizar a designação do preposto, para representá-la, junto à contratante, durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário, respondendo pela empresa por todos os atos e fatos gerados ou provocados, sem ônus para a contratante.

6.3. Efetivar o fornecimento de combustível aos operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros, que tiverem feito requerimento de obtenção do subsídio, mediante apenas a disponibilidade autorizada de abastecimento.

6.4. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do IMTT.

6.5. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do IMTT ao serviço em questão.

6.6. Fornecer planilha detalhada de todos os abastecimentos realizados no período de adimplência, junto com a nota fiscal de faturamento.

6.7. Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e/ou contrato e seus anexos.

6.8. A contratada é obrigada a cumprir e respeitar os prazos descritos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório, especialmente, o(s) de entrega(s), faturamento(s) e pagamento(s).

6.9. Comunicar ao IMTT, formal e tempestivamente, eventuais intercorrências que possam comprometer os prazos, apresentando antecipadamente as razões justificadoras e propostas de contramedidas, que serão objeto de apreciação.

6.10. A contratada deve arcar com todos os custos necessários para a realização dos serviços contratados.

6.11. A contratada é responsável por danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

6.12. A contratada se comprometerá a manter o absoluto sigilo e confidencialidade com relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso em decorrência das atividades desenvolvidas em cumprimento ao contrato firmado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além de indenização por perdas e danos, nas seguintes condições:

6.13. Embora o objeto da presente licitação não preveja a utilização de mão de obra, mesmo assim, a contratada deverá responder, em relação a seus funcionários, por todas as despesas da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, tributos, indenizações, e outras que porventura venham a ser necessárias para a adequada execução dos serviços.

6.14. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Auxiliar a contratada com documentos, informações e demais elementos que eventualmente venham a ser solicitados e que auxiliem nos serviços que tenham a executar.

7.1. Realizar os pagamentos devidos à contratada, nos termos contratualmente previstos, após a plena verificação, atesto e aprovação por parte do Fiscal de contrato.



7.2. Fica reservado ao IMTT, quando este efetuar contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o IMTT ou modificação na contratação.

7.3. Aplicar as penalidades para as hipóteses da contratada não cumprir o compromisso assumido com a Administração.

7.4. Emitir atestados de capacidade técnica quando solicitados.

7.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à contratação dos itens deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados ou subordinados.

8. DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP

8.1. O IMTT será o Órgão Gerenciador da pretendida Ata de Registro de Preços (ARP).

8.2. Realizar ampla pesquisa de preços semestralmente para aferir a compatibilidade de preços registrados com os efetivamente praticados.

8.3. Gerir os pedidos de adesão dos órgãos e entidades não participantes da Ata de Registro de Preços e orientar os procedimentos dos Órgãos Aderentes.

8.4. Não caberão ao Órgão Gerenciador atividades relacionadas à fiscalização e gestão dos contratos que venham a ser firmados pelos Órgãos Aderentes.

9. DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

9.1. A fiscalização do contrato possível de ser celebrado pelo IMTT, decorrente deste Instrumento caberá ao servidor designado do Instituto, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pelo IMTT, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

9.3. A contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance e sujeitar-se à fiscalização do contratante quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatar-lhes as exigências quanto à execução do contrato.

9.4. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo IMTT.

9.5. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

10. DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A contratada deverá executar fielmente suas obrigações, de acordo com as cláusulas avençadas no Edital, no Termo de Referência e na legislação, respondendo uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.4. Caso seja observada pela fiscalização do IMTT alguma das hipóteses caracterizadoras da inexecução total ou parcial do contrato a empresa estará passível da aplicação de sanções administrativas em razão do descumprimento contratual, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais.

10.5. Em todos os casos será garantido a contratada o direito de ampla defesa e do contraditório previamente à eventual compensação no pagamento em decorrência da aplicação de penalidade.

10.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o IMTT poderá aplicar à contratada multa administrativa graduável conforme gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.7. Em caso de atraso nos serviços, objeto do contrato, poderá ser aplicado a contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total, por dia útil excedente.

10.8. Em todos os casos, a inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

10.9. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

11.1. A modalidade de licitação adotada para REGISTRO DE PREÇO da futura e eventual contratação dos serviços descritos no presente Termo de Referência será a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, utilizando o critério de julgamento pelo MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO INCIDENTE SOBRE O ITEM.

11.2. A legislação aplicável ao processo e à contratação do objeto do presente Termo de Referência também encontra amparo legal no Decreto Municipal nº 065/2005 e alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 342/2006, e subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

12.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente e facilmente definidos no Edital e seus anexos, por meio de

especificações usuais praticadas no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa poderá ser realizada, do mesmo modo, com base nos preços ofertados, desde que atenda de as exigências e especificações técnicas exigidas, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação técnica criteriosa.

12.2. A pretendida contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições do Termo de Referência, apresentar **MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO INCIDENTE SOBRE O ITEM.**

13.2. Para fins de execução contratual, os preços unitários poderão sofrer variação, conforme o preço médio ao consumidor do diesel, no Município de Campos dos Goytacazes, divulgados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

13.3. O licitante deverá consignar, de forma expressa, os percentuais de administração que incidirão sobre o item que compõe o objeto, sendo este levado a efeito para a fase de lances, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

13.4. Os percentuais de descontos ofertados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.


14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A licitante adjudicatária deverá assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação.

14.2. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma única vez, desde que solicitado formalmente durante o prazo transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do respectivo extrato.

14.4. A gestão da Ata de Registro de Preços caberá ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Campos dos Goytacazes (IMTT), sito a Rua Barão da Lagoa Dourada, nº 197 – Centro – Campos dos Goytacazes – RJ.

Ata de Registro de Preços nº 197 –
Permanente de Licitação
Assinatura: 

14.5. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. A comprovação de aptidão será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, consoante redação do §1º, do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante, que comprove a execução dos serviços e entrega dos itens compatíveis com os objetos desta licitação, sendo possível o somatório de atestados para comprovar a sua capacidade técnica.

16. DA FASE DE AVALIAÇÃO/TESTE DAS AMOSTRAS (PROVA DE CONCEITO)

16.1. Deverá ser feita a apresentação do Sistema como Prova de Conceito para avaliação das soluções/aplicações ofertadas, com a finalidade de comprovar as funcionalidades exigidas para a contratação pretendida.

16.2. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar na fase de preços e após julgamento de habilitação, deverá fazer essa apresentação simulada do funcionamento do Sistema de Abastecimento, conforme detalhamentos feitos no item 3 deste Termo de Referência, em no máximo 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação do IMTT, que informará o local, a data e a hora da realização da prova de conceito.

16.3. A comissão técnica, responsável por validar a apresentação simulada do proponente vencedor, será composta por servidores do IMTT e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para validar o Sistema de Abastecimento.

16.4. Caso seja constatada a necessidade de aprimoramento do Sistema de Abastecimento que atenda a todos os critérios previstos neste Termo de Referência, o proponente terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para promover as modificações necessárias e realizar nova apresentação simulada.

16.5. Findo o prazo previsto no item 16.4 e não havendo adequação do Sistema de Abastecimento ao previsto neste Termo de Referência, o proponente será desclassificado.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade de 3 (três) meses após o término de vigência regular do contrato, conforme previsto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações, mediante a opção por uma, ou mais de uma, das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

17.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

17.3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

17.4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Os recursos necessários à realização da futura pretendida contratação correrão à conta do referido programa de trabalho:

- a) Fonte de Recurso: 0144
- b) Programa de Trabalho: 15.452.0049.2497.0000
- c) Natureza de Despesa: 3.3.90.30.01

Comissão Permanente de Licitação	Ass.: 	456
----------------------------------	---	-----

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 19.1. O prazo de duração do futuro possível contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes.
- 19.2. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

20. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento a ser efetuado se dará por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.
- 20.2. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com a entrega realizada pelo contratado dentro do período, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no contrato, contendo o detalhamento dos itens entregues, dos serviços executados e do consumo utilizado no mês, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.
- 20.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelos fiscais da contratante, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.
- 20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, a fatura será devolvida à contratada e o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras.
- 20.5. Na hipótese do subitem anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

20.6. Pelo cumprimento do objeto contratado, o contratante pagará ao contratado a ^{quantia} relativa a efetiva dispensação de combustível, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o contratante.

20.7. A contratada disponibilizará, via internet ou outro meio eletrônico, informações semanais dos preços históricos dos consumos praticados nos postos que abasteceram a frota, em R\$/Litro, identificando o posto de abastecimento com o respectivo endereço.

21. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA E CONSÓRCIO

21.1. Não será admitida a cessão ou transferência e consórcio da prestação de serviço objeto da futura contratação.

22. COOPERATIVA

22.1. Na contratação pretendida, fica categoricamente vedada a possibilidade de participação de cooperativas, não havendo de ser cotejada tal hipótese.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Com base no artigo 72 da Lei Federal nº 8.666/93, admitir-se-á a subcontratação de parte dos serviços, sob a exclusiva responsabilidade da contratada.

24. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

24.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do fornecedor com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


25.1. Os casos eventualmente omissos e as dúvidas que surgirem durante a execução deverão ser resolvidos entre as partes, por meio de procedimentos administrativos.

25.2. A proposta deverá englobar todos os custos relativos aos serviços, tributos, tarifas e emolumentos, encargos sociais, trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação fiscal e previdenciária,

25.3. A contratada, quando da formação dos preços, deverá observar as quantidades e especificações necessárias à perfeita execução em atendimento ao presente Termo, não podendo, em caso de inobservância, ser alvo de justificativa para posterior acréscimo ou reajuste.

25.4. A contratada se obrigará a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento.

Campos dos Goytacazes (RJ), 10 de janeiro de 2023.


Nelson Godá
Presidente do IMTT
Mat.: 40.605